

* continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em Dezembro 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Reserva de Lucro						Dividendo	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Participação dos não Controladores	Total
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucro a Realizar	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.565.633	-	421.658	-	67.091	1.641.080	-	-	-	18.583	2.556.258
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	85.587	-	-	85.587
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.490)	(26.490)	(26.490)
Varição Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes, Líquido de Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	590.657	486.500	486.500
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	(104.157)	-	(104.157)
Total de Outros Resultados Abrangentes, Líquido de Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	564.167	460.010	460.010
Cisão CEEE-GT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes Ativos e Passivos pela Cisão	(584.290)	-	-	-	-	(133.650)	-	(38.407)	(6.791)	(763.137)	(763.137)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	1.985	(1.985)	-
Realização do Custo Atribuído dos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	675	675	675
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Realização do Custo Atribuído dos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Adicionais	-	-	-	-	-	(70.854)	-	-	-	(70.854)	(70.854)
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(227.701)	-	-	-	(227.701)	(227.701)
Destinação do Resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de Prejuízos	-	-	-	-	-	(54.992)	-	54.992	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	981.343	-	421.658	-	67.091	1.153.883	-	-	(601.721)	2.022.254	6.868
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	908.166	301.666	1.209.832	(2.378)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	908.166	-	908.166	(2.378)
Varição Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes, Líquido de Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.546)	(3.546)	(3.546)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	305.212	305.212	305.212
Mutação Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	59.887	45.408	-	(105.295)	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	-	45.408	-	(45.408)	-	-	-
Constituição de Reserva de Lucro a Realizar	-	-	-	-	59.887	-	-	(59.887)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	(16.148)	-	(421.658)	-	-	(799.516)	572.931	(802.870)	-	(1.467.261)	482
Transferência de Saldos de Reserva Fiscal	-	-	(421.658)	-	-	421.658	-	-	-	-	-
Reconhecimento de Perda sem Alteração de Controladores	-	(482)	-	-	-	-	-	-	-	(482)	482
Resgate Compulsório de Ações	-	(15.666)	-	-	-	-	-	-	-	(15.666)	(15.666)
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	(1.221.174)	-	-	(1.221.174)	(1.221.174)
Juros sobre Capital Próprio - AGE 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(95.000)	-	(95.000)	(95.000)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	-	-	572.931	(572.931)	-	-	-
Dividendos Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(134.939)	-	(134.939)	(134.939)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	981.343	(16.148)	-	-	59.887	112.499	354.367	572.931	(300.055)	1.764.824	4.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios Findos em Dezembro 2022 e 2021 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS									
Lucro Líquido das Operações Continuadas	908.166	48.578	905.788	36.860	Obrigações da Concessão	516	41.516	497	41.620
Ajustes:					Outras contas a Pagar	10.113	83.453	(134.120)	308.393
Depreciação e Amortização	(4.650)	21.991	(4.647)	21.991	Provisão para Benefícios a Empregados	(82.456)	1.405	(82.456)	1.404
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	3.158	(129.906)	3.158	(129.906)	IRPJ e CSLL pagos	(67.579)	(168.160)	(67.579)	(169.191)
Resultado de Equivalência Patrimonial	54.219	124.079	(3.818)	(65.913)	Juros de Empréstimos e Financiamentos Pagos	595.646	265.440	454.119	588.347
Provisão para Contingências	54.131	105.455	56.180	122.080	Pagamento de Contingências Judiciais	(47.409)	(20.513)	(47.409)	(20.513)
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	6.810	(156)	6.810	(156)	Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Operações	(14.031)	(28.805)	(14.031)	(29.112)
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	(7.465)	(20.625)	(7.465)	(20.625)	Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	637.525	448.682	638.270	580.924
Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	70.901	64.395	70.901	64.394	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(93.601)	59.738	-	(8.330)
Imposto de Renda e Contribuição Social	249.380	144.899	251.334	144.900	Dividendos Recebidos	3.557	3.205	3.557	3.206
Varição do Ativo Contratual	(1.194.712)	(126.150)	(1.090.334)	(131.423)	Alienação de Investimento	-	300.652	-	300.653
Outros	(36.619)	-	57.684	-	Investimentos em Títulos do Governo	54.214	-	54.214	-
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais	103.319	232.560	245.591	42.202	Aumento do Ativo Contratual	(223.819)	(103.443)	(229.685)	(179.748)
(Aumento) Redução dos Ativos:					Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(37.018)	(20.845)	(77.682)	(20.846)
Concessionárias e Permissionárias	(19.090)	12.496	(20.387)	12.483	Adições no Intangível	(40)	(1.352)	(40)	(974)
Tributos a Recuperar	(42.009)	(2.739)	(42.009)	(2.678)	Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Investimentos	(296.707)	237.955	(249.636)	93.961
Estoques	(6.188)	(20.235)	(6.188)	(20.235)	Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimos a Receber	198.789	125.836	198.789	125.836	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(590.367)	(51.086)	(590.367)	(51.085)
Ativo Contratual	634.705	197	650.350	92.028	Captção de empréstimos e debêntures	957.801	-	957.801	-
Depósitos Judiciais	(44.651)	(15.434)	(47.761)	(16.078)	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	(1.218.652)	(137.589)	(1.218.652)	(137.585)
Outros Ativos	(2.695)	(21.768)	(11.017)	(15.806)	Restituição Societária	-	(349.292)	-	(342.435)
Aumento (redução) dos passivos:					Resgate compulsório de Ações	(15.666)	-	(15.666)	-
Fornecedores	39.503	4.959	39.487	5.944	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(866.884)	(537.967)	(866.884)	(531.105)
Obrigações Fiscais	7.521	204.299	7.360	205.020	Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(526.066)	148.670	(478.251)	143.780
Obrigações Trabalhistas a Pagar	(30.833)	19.615	(30.846)	19.607	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	741.923	593.253	747.166	603.386
					Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	215.857	741.923	268.915	747.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas: **Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL**: Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão. O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 - RBNi e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 13, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinzenal da Receita Anual Permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042. **Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL**: Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica. **Contrato de Concessão nº 04/2021 - ANEEL**: Em 2021 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O prazo estabelecido para energização é até 30 de setembro de 2024 e a RAP de R\$ 9.234 será auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações. **Contrato de Concessão nº 0001/2011 - ANEEL**: Em 2011 a Controlada TESB firmou o contrato para a construção, operação e manutenção de cinco linhas de transmissão e quatro subestações, referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041, 30 anos a partir da data de assinatura do contrato. **1.1 Mudanças Climáticas CPFL**: Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa "GEE". Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas à compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures - TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). *Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia e sua controlada também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do

Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2023. **2.2 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 5 - Ativo contratual; • Nota 7 - Empréstimos e financiamentos; • Nota 8 - Debêntures; • Nota 9 - Entidade de previdência privada; • Nota 10 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos; e • Créditos e débitos fiscais diferidos. **2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações por Segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo está a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários. **2.6 Informações sobre Participações Societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 6. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB) é consolidada de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e as demais coligadas são registradas pelo método de custo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida na controlada TESB.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Ativo Contratual da Concessão:** Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão. O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão. A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados. Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Companhia esclarece que: I. Para fins do consolidado a Companhia apresenta margens negativas de construção, implícita no custo, em função dos atrasos de obras e custos acima do orçado verificados na subsidiária TESB. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. Para os demais contratos do grupo a Companhia a Administração possui margem de construção entre 6% e 29%. II. A companhia reconhece margem de operação e manutenção de até 45%. III. A atualização monetária do Ativo Contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida em cada projeto, determinada através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão após alocação de suas devidas margens. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 12% a.a. **3.2 Imobilizado e Atividades não Vinculadas à Concessão:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que os mesmos estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos. A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,33% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão